

1

## A Representação Social da Mulher: História, Avanços e Retrocessos



## 1.1.

### **Produzindo a mulher: os discursos que regulam e normatizam**

No mundo contemporâneo as mulheres ocupam cargos nas empresas, chefiam famílias, casam por amor e se divorciam por falta dele. Elas votam, estudam e governam, além de serem donas de casa e mães quando assim desejam. São muitas as possibilidades de alcançar a satisfação pessoal e, mais ainda, de escolher o próprio caminho. Contudo, para que hoje esta realidade se apresente, foi necessário atravessar um extenso percurso de transformação histórico-cultural do papel social da mulher. Este processo se estabelece a partir da internalização e reprodução de normas, crenças e costumes de modo que a realidade de determinado contexto seja experimentada como algo naturalizado. A cultura é uma construção dos sujeitos que, por sua vez, são igualmente constituídos pelas práticas, leis e convenções, legitimadas e difundidas por eles mesmos. Compreendemos, portanto, que a subjetividade é resultado das relações estabelecidas entre os que operam o meio social, as instituições existentes e as intercorrências incidentes sobre ambos. Sousa Filho afirma que

O comportamento do homem e as instituições sociais por ele criadas e conservadas não são determinados por leis do organismo humano e leis da natureza. O mundo humano, isto é, o próprio homem, seus espaços, valores, ideias e normas são produtos das práticas dos próprios indivíduos humanos como parte de uma história social. São resultados das práticas individuais e coletivas, não podendo ser compreendidos fora do contexto e do processo de sua produção. No processo de construção do mundo humano-social, o homem é o sujeito único. (1995, p.21)

Considerando estes conceitos, entendemos que o papel da mulher desenvolve-se em função de atravessamentos sócio históricos, sendo modelado e modificado em função do contexto. Portanto, a identidade e atuação feminina no meio social não é determinado apenas por aspectos biológicos do gênero, mas marcado pela incidência de ideologias, pela própria cultura.

A francesa Michele Perrot (2008) propõe a história como o registro pelo discurso daquilo que há de concreto, vivido cronologicamente. A história é, portanto, contada e, no caso das mulheres, contada por outros. Este narrador visa à manutenção do status do poder masculino, do poder patriarcal - seja de Deus, do pai ou do marido. Assim, a história das mulheres se estrutura entre ideologias que sustentam o sistema de poder – e de saber – masculino.

Para compreendermos a relação entre a mulher, a carreira e a maternidade, nosso objeto de estudo, abordaremos alguns dos aspectos que delimitaram o significativo “mulher”, ao longo da história. Elegemos a sexualidade, a família e a educação como campos de extrema relevância para a construção da função social da mulher e elucidaremos como estas três esferas implicaram na produção da identidade feminina. Em seguida, traçaremos algumas considerações sobre a perspectiva histórica do papel da mulher no meio social, elencando alguns processos da história geral e do Brasil nos quais a atuação feminina se apresentou de forma particular.

### 1.1.1.

#### **As moças de família – a mulher para casar!**

A mulher não tinha controle de si inclusive quando se tratava do que havia de mais íntimo: seus sentimentos e sua sexualidade. Perrot (op. cit.) em sua análise sobre a história das mulheres ressalta que a representação do sexo feminino produzida pela ciência é marcada pela falta. À mulher, passiva e vazia, inclusive anatomicamente, não era permitida a manifestação de seu interesse por um homem, lhe restando esperar pelo despertar da vontade deste. Caso isso se concretizasse, precisava ainda se submeter à vontade de outro homem: seu pai, que decidia - e muitas vezes negociava – sua vida através do casamento. (ARAÚJO, 2012)

O autor ressalta ainda que esta ideia não se sustentava apenas pela força da figura paterna. No Brasil colonial, a Igreja, enquanto instituição balizadora da vida em comunidade, fomentava intensamente os ideais de controle da sexualidade feminina. Um exemplo claro, apontado pelo historiador, é a exortação aos fiéis quanto ao perigo da liberdade feminina, representado na narrativa do mito do Éden. A vinculação da mulher à sedução de Eva, que ao induzir Adão a desobedecer às ordens divinas excluiu a humanidade do paraíso, era o principal argumento para se combater a expressão dos desejos femininos. A mulher trazia a marca do pecado original em sua natureza. Desta forma, para que se evitasse a ameaça do mal “o sexo das mulheres devia ser protegido, fechado e possuído” (PERROT, 2008, p.64)

Manter a mulher sob controle era a forma de se coibir o pecado. Limitava-se sua liberdade de modo que “repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda a sua vida. Para se batizar, para se casar e para ser enterrada.” (ARAÚJO, 2012, p.49). Ou seja, apenas era adequada a saída da mulher do interior das casas para que se cumprissem ritos religiosos, relacionados a apropriação do poder masculino sobre suas vidas - tornar-se filha de Deus e esposa de seu marido, e na ocasião de sua morte.

Ao encontro desta ideia, temos a função dos conventos enquanto depósito de mulheres que aliavam a religiosidade e a contenção da sexualidade. A partir da decisão do pai, as meninas eram encaminhadas para a instituição como forma de representar a devoção da família e afirmar ainda certo status social. Araújo (op.cit) propõe que, com este gesto, “o pai cumpriria sua obrigação e a filha, retirada e contida em sua cela, passaria a aspirar à santidade.” (2012, p.69).

Ainda que as ordens da igreja e da família fossem, de alguma forma, subvertidas, a comunidade – inclusive as próprias mulheres - se ocupava de oprimir a expressão da sexualidade feminina. Aquelas que não se mantinham nos padrões ideais eram alvo dos comentários da vizinhança e excluídas do convívio com os demais. Uma estrutura que segue a lógica do panóptico no sistema disciplinar explorada por Foucault (2011) brilhantemente em sua obra “Vigiar e Punir”. As condutas eram reguladas pelo olhar do outro, uma observação em 360°, que por sua vez produzia a auto regulação dos sujeitos. Havia, portanto, uma introjeção destes valores que levavam à abdicação dos desejos para que não se vivesse a exclusão do meio social ou do paraíso celestial que os fiéis almejavam alcançar.

A honra feminina era a maior riqueza a ser defendida e, nesta ocasião, está referenciada a um homem, seja em função de sua presença ou ausência, como afirma Soihet (2012). Caso a mulher fosse solteira, deveria manter-se virgem, sendo casada, deveria zelar pelo seu casamento a partir da fidelidade e submissão ao marido. O casamento era, portanto, o destino da mulher. Após a menarca, por volta dos 12 anos, iniciavam-se os preparativos como o bordado do enxoval, sob as orientações maternas e demais dispositivos de controle social do comportamento da menina para preservação de sua honra, afirma Falci (2012) em sua análise histórica sobre a mulher brasileira nordestina.

D’Incao (op.cit.) discorre sobre a existência de um sistema de casamento no qual a mulher era a moeda de troca em relações que tratavam muitas vezes, de interesses políticos e econômicos no contexto burguês. Falci (op.cit.) corrobora esta ideia ao considerar o casamento como uma espécie de “compromisso familiar”. Desta forma, compreendemos a responsabilidade da mulher em manter a organização familiar futura e também garantir a estabilidade da família de origem. Um elemento central deste sistema é a virgindade feminina considerando o valor que confere à negociação (PERROT,2008). Consequentemente, o corpo feminino deveria ser vigiado e controlado para que os ganhos da família sejam preservados.

A sexualidade feminina permanece sob controle por séculos. Observando o discurso da década de 50, Pinsky (2012) situa a figura da “Moça de Família”, aquela adequada à moral social que se destina ao reino do lar, enquanto as mulheres levianas são aquelas que se perdem do seu destino. Para Favaro (2007) a mulher e a família estão sempre lado a lado e a mulher afirma sua existência ao longo da história neste pertencimento, como veremos a seguir.

### 1.1.2.

#### **O destino sagrado da maternidade**

A possibilidade de reversão de um destino de perigo e pecado se efetivava a partir do casamento e da maternidade. A vida de uma mulher somente estava a salvo quando esta cumpria seu papel de mãe e esposa, abençoada pela Santa Madre Igreja, independentemente de qualquer realização pessoal. “Finalmente, com prazer ou sem prazer, com paixão ou sem paixão, a menina tornava-se mãe, e mãe honrada, criada na casa dos pais, casada na igreja.” (ARAÚJO,2012,p.52) Após o casamento, a maternidade é o ápice do “projeto” de realização feminina – o auge de sua vida e o sentido de sua existência. Há um caráter sagrado, pois o exercício da maternidade é a possibilidade de uma identificação com a figura de Maria, enquanto mãe do Deus cristão. Tornando-se mãe, a mulher pode produzir algo, além do pecado.

Esta nobre função requer cuidado, pois dela depende o cumprimento dos desígnios religiosos da multiplicação. A ciência médica no Brasil começa a se interessar pela mulher enquanto ser que guarda e nutre a vida, se ocupando das

enfermidades do útero, chamado curiosamente de *madre*, afirma Del Priore (2012). A redução do conhecimento sobre o corpo feminino ao processo reprodutivo retrata a ideia de que o único motivo para que este receba cuidados é a capacidade de procriação. O corpo feminino, útil à sociedade, é o reprodutor, visto que “a mulher ‘bem constituída’, no entender dos doutores, era exclusivamente a que se prestava à perpetuação da espécie, ungida por uma vocação biológica que fazia da madre uma forma na qual era organizada a hereditariedade” (DEL PRIORE, 2012, p.84). Esta vocação biológica remete à naturalização e santificação da maternidade.

Nem todas as mulheres, entretanto, vivem a maternidade com o sentido sagrado. Na França de Perrot (2008) morte proposital de crianças era comum e as mulheres eram responsabilizadas por esse crime quando descoberto. No Brasil, como forma de se evitar o infanticídio são implementadas as Rodas dos Expostos, dispositivo no qual deixavam-se crianças que não podiam ser cuidadas, sem a necessidade de identificação. Venâncio situa que “a instalação da Roda procurava evitar os crimes morais. A instituição protegia as brancas solteiras dos escândalos, ao mesmo tempo em que oferecia alternativa ao cruel infanticídio.” (2012,p.198). Sobre os motivos que levavam as mães a abandonar seus filhos, cabe ainda discriminar a diferença entre mulheres brancas, pertencentes a classes mais abastadas, e as pobres. Enquanto as pobres deixavam seus filhos para não os submeterem às condições miseráveis, as primeiras precisavam entregá-los em favor da honra, considerando que um filho concebido fora do casamento era algo que denegria a imagem da mulher e de sua família.

A incidência da loucura em mulheres é outro aspecto que cabe destaque. A insanidade é atribuída aquelas que “erram” por não se enquadrarem na função de boa esposa, cuidadora do lar e ser reprodutor. Ou seja, quando o desejo da mulher direcionava sua ação para outra finalidade, que não atendesse à função a ela designada, ela estava envolta pela enfermidade, pois, a mulher normal e adequada ao funcionamento da sociedade era a boa esposa e mãe. Verificamos também na obra de Freud (1905/1976) que a doença tipicamente feminina, a histeria, estava associada aos desvios do desejo da mulher, sendo este deslocado para o sintoma quando incompatível com os valores, leis e moral internalizados. A maternidade era compreendida como essência da mulher e representava o padrão de vida saudável de modo que “a menstruação, a gravidez e o parto seriam, portanto, os

aspectos essencialmente priorizados na definição e no diagnóstico das moléstias mentais que afetavam mais frequentemente ou de modo específico as mulheres.” (ENGEL, 2012, p.333).

Neste contexto, um caráter passivo é atribuído às mulheres no processo reprodutivo. Enquanto o homem é o responsável pela fecundação, a mulher é aquela que recebe, guarda e nutre o embrião. Pensamos, portanto, que mesmo em se tratando da maternidade, valorizada socialmente, a mulher é dotada de um papel secundário. Del Priore nos diz que, no contexto da cultura colonial brasileira, “a fêmea não devia ser mais do que terra fértil a ser fecundada pelo macho” (2012, p.82). Sua função é receber, acolher e alimentar e, para se efetivar, depende daquele que é capaz de produzir algo: o homem.

O ponto que nos chama atenção é a inferioridade e papel passivo da mulher em um processo biológico, dependente da participação de ambos os gêneros, que compreende uma característica única feminina: a gestação. Séculos depois, observamos nos escritos Freudianos (1914/1980) a mulher retratada como ser faltante, que inveja o poder fálico masculino. Ao se deparar com a falta – ausência do pênis e impossibilidade de ser o objeto amado de seu pai, ao atravessar o Complexo de Édipo - a mulher “aceita a castração e investe na esperança da obtenção de um falo-filho como seu prêmio de consolação” (KEHL,2001,p.33). Então a partir do encontro com o amor de um homem, é possível a geração de seu filho e obtenção do falo substituto. Conforme a autora “seu único lugar é a família, seu único destino é a maternidade, seu grande avatar é o amor, mas a mulher não ama para gozar deste amor, ela ama para se tornar mãe” (KEHL,2001 p.33). Assim, a mulher está subjugada ao seu vazio interior e sua satisfação – talvez a única possível – seja a reprodução e o encontro com este objeto que lhe dê sentido à vida.

### **1.1.3.**

#### **Educadas para servir**

O saber era negado às mulheres pois era sagrado, cabendo a Deus e aos homens (PERROT,2008). Entretanto, antes mesmo da apropriação do conhecimento sobre o corpo feminino pela medicina, algumas mulheres detinham

o saber-curar através de orações combinadas a ervas e outros ritos. Engel nos fala que

desde tempos imemoriais, elas curavam mazelas, e antes do aparecimento de doutores e anatomistas praticavam enfermagem, abortos, davam conselhos sobre enfermidades, eram farmacêuticas, cultivavam ervas medicinais, trocavam fórmulas e faziam partos. Eram doutores sem títulos. (2012, p.108)

Por serem mulheres, e conhecerem além do que lhes era permitido, as benzedoras e curandeiras sofriam perseguições, acusadas de feitiçaria e ainda de práticas subversivas em relação à sexualidade (PERROT,2008). Acreditava-se que elas poderiam enfeitiçar os corpos a serviço do Diabo e isto se opunha a fé cristã e católica. Sequer consideravam os seus saberes e nunca se admitiu que estas mulheres pudessem exercer a medicina. Mais uma vez se apresenta o caráter de inferioridade e o silenciamento do discurso feminino sobre sua própria vida.

Qualquer expressão feminina que contrarie a dominação do homem, da igreja e da razão era compreendida como o mal a ser combatido, preferencialmente, queimado, relata Perrot (2008). A autora destaca ainda que o exemplo maior da mulher pecadora, Eva, errou e foi punida quando ousou ter acesso ao fruto do conhecimento oferecido pela serpente, de acordo com as escrituras bíblicas.

No contexto brasileiro, poucas meninas tinham acesso às Casas de Recolhimento, onde se realizava a educação formal no período colonial. Aquelas que não eram encaminhadas para os conventos aprendiam o que “interessava ao funcionamento do futuro lar: ler, escrever, contar, coser e bordar.” (Araújo, 2012, p.51). O foco do ensino era a transmissão dos conhecimentos necessários ao desempenho dos afazeres domésticos e à aquisição de habilidades para encantar seu futuro marido.

No Brasil, com as mudanças em favor do progresso no século XIX, foi propagado o discurso em prol da educação como forma de desenvolver o país, pois ainda havia um grande número de analfabetos mesmo após a instauração da República. Desta forma, houve um crescimento no número de escolas nos locais mais populosos para que o país se modernizasse e atingisse o padrão das sociedades europeias, que escolarizaram suas meninas entre os anos de 1880 e 1900 segundo Perrot (op.cit.). A direção das escolas era ocupada por homens, exceto naquelas de cunho religioso nas quais as mães respondiam pela

administração do estabelecimento de ensino. As figuras de autoridade no âmbito escolar também reproduziam as relações de poder da sociedade: o homem e a religião.

Se adota na escola um modelo de ensino básico, comum a meninos e meninas, denominado pedagogia, que compreendia o aprendizado da leitura, escrita e das quatro operações numéricas básicas, além da cultura religiosa. Após este ciclo inicial, havia uma divisão de conteúdo: para as mulheres eram ensinadas técnicas de bordado e costura e para os homens, a geometria, conforme apresenta Louro (2012).

Quando pensamos na distinção das classes temos ainda outro ponto a considerar. Às meninas oriundas de famílias abastadas ensinava-se piano e francês além do treinamento para que ordenassem o trabalho daquelas que lhes prestariam serviços domésticos. Apesar de um movimento positivo, em função do acesso das mulheres à educação, ainda se segue a lógica da preparação da mulher para o lar. Há, portanto o ingresso da mulher no ambiente escolar para que ela cumpra seu papel no projeto de modernização da sociedade: ser esposa zelosa, para fornecer um ambiente de refúgio à conturbada vida social de seu marido, e mãe dedicada à educação e formação de futuros cidadãos.

Além da escolarização, a produção literária é uma importante ferramenta para propagação do conhecimento e instituição de saberes que regulam a vida cotidiana. Mais especificamente o gênero do Romance trazia representações da mulher como um ser angelical ou como uma potência para o mal, conforme aponta Del Priore (op. cit). A mulher ainda não assumia a autoria do discurso produzido sobre ela. O homem registrava os modelos da mulher ideal e daquela que devia ser abominada. Isso contribui do ponto de vista histórico para que tenha seus papéis sociais moldados segundo a lógica de dominação do homem sobre a mulher. A mulher precisava ser educada para adquirir formação moral e aprender a ser uma figura socialmente adequada à função de esposa.

## 1.2.

### **Entre idas e vindas... A perspectiva histórica do trabalho feminino**

O trabalho feminino se desenvolve, evolui e retrocede ao longo dos séculos. Em meio a idas e vindas entre a invisibilidade e protagonismo,

apontaremos algumas das características do trabalho feminino em momentos históricos distintos para que possamos compreender a construção da realidade que hoje constatamos.

Nas sociedades primitivas há referências da participação da mulher em atividades direcionadas ao sustento da comunidade. O grupo se mantinha em função da colheita, numa lógica de coletividade, onde as tarefas desempenhadas por homens e mulheres eram iguais, conforme ilustra Lyra et.al (2010) A partir do momento em que tal atividade não garante mais a sobrevivência do grupo, se fazendo necessária a caça de animais e a defesa do território, o homem ocupa posição de prestígio na comunidade. Instaura-se então a divisão do trabalho, que prevalecerá e organizará a sociedade por longos períodos, e se estabelece uma condição subalterna da mulher, devido à diferença na capacidade utilizar a força física.

Na Antiguidade a mulher se ocupa de tarefas manuais relacionadas à agricultura e ao trabalho doméstico. Destacam-se as atividades de ceifar o trigo, tosquiar os animais, fiação e a tecelagem, conforme apresentado por Rocha (1991). As mulheres das classes nobres realizavam atividades de menor expressão enquanto os homens se ocupavam de tarefas de prestígio, tal como retratado no mito de Penélope, que tece e desfaz sua obra para se manter fiel ao marido, o herói Ulisses que se ausenta pela nobre missão do combate (SIMÕES,2011).

Na Idade Média, aponta Rocha (1991), poucas eram as atividades nas quais as mulheres atuavam fora do contexto doméstico. Além da agricultura, que ainda predominava dentre as ocupações das camponesas, encontravam-se as mãos femininas na tapeçaria, joalheria e feitiço de renda. Estas atividades também que se caracterizavam pelo caráter artesanal. Destacamos que o ingresso da mulher nas atividades produtivas ocorria por intermédio de seu marido. Notamos essa organização quando observadas as empresas familiares em que se identificava, de modo secundário, a mulher do artesão ou a mulher do agricultor, exemplifica Singly (2007). Contudo, o produto do trabalho feminino passa a ser utilizado como moeda de troca e a mulher exerce um papel mais ativo e cooperativo com seu marido para a manutenção do lar, apesar de sua atuação estar vinculada à atividade do chefe da família. Este modelo unifica o público e o privado e para o autor, reforça os laços do casamento.

A análise de Perrot (2008) acerca da história das mulheres complementa esta ideia ao apontar a expressiva atuação das francesas no campo até o período anterior à segunda grande guerra. Elas respondiam pelo cultivo de alimentos e criação de animais e produção de produtos artesanais, alimentares e têxteis, oriundos destas fontes. A mulher, nesta ocasião, orienta sua atividade produtiva para o cuidado da família conforme destaca a autora:

A camponesa é uma mulher ocupada, preocupada em vestir (ela fia) e em alimentar os seus (auto-subsistência e confecção de refeições) e, se possível, trazer para casa um suplemento monetário a partir do momento em que o campo se abriu para o mercado: mercado alimentar, mercado têxtil. (2008, p.111)

Para além das atividades do campo, as mulheres foram as principais responsáveis pelos serviços de enfermagem em virtude da administração religiosa das instituições de saúde. (PERROT, 2008). A profissão, entretanto, traz os significantes do cuidado e da caridade, sendo então um reduto para as mulheres, donas de tais atributos. A mulher também se fez presente em estabelecimentos comerciais, restaurantes, lojas e escritórios, de acordo com a historiadora. Os tipos de serviços prestados eram sempre auxiliares e de menor expressão de modo a não se tornarem concorrentes dos homens em suas posições.

Michele Perrot, destaca ainda que a participação da mulher no meio social através de suas atividades não é elemento do presente, pois:

as mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. A sociedade jamais poderia ter vivido, ter se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. (2008, p. 109).

Singly promove uma excelente reflexão a respeito da invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico ao problematizar o valor aplicado a um quilo de legumes descascados e ralado quando uma mulher executa esta tarefa no ambiente doméstico e quando um comerciante oferece este serviço. O trabalho feminino nas relações familiares é, portanto, desqualificado. Além de não remunerado, não é atribuída a real dimensão deste, em função da energia e tempo dedicados. A mulher se coloca. Portanto, em situação de dependência, visto que sua atribuição no seio familiar não lhe garante o sustento.

### 1.2.1.

#### O trabalho feminino no Brasil

O período colonial Brasileiro se caracteriza pelas atividades de exploração da terra com o cultivo de gêneros alimentícios e também com a mineração. Explorando este contexto, identificamos duas categorias de mulheres que desempenhavam atividades econômicas de modo a prover seu sustento. As mulheres pobres atuavam como costureiras, bordadeiras, lavadeiras, vendedoras de quitutes, prostitutas e também nas roças exercendo tarefas que requerem força física, típica do trabalho masculino. Nas roças encontravam-se também as escravas, destinadas às atividades conforme a necessidade de seus senhores, seja no campo ou no interior das casas para cozinhar, costurar ou amamentar as crianças, por exemplo.

Outro grupo de trabalhadoras é o composto por mulheres em estado de viuvez, possuidoras de poucos recursos ou ainda herdeiras de uma elite falida. Elas realizavam trabalhos de modo a complementar a renda familiar. Dentre suas práticas destacamos as aulas de piano, o preparo de arranjos de flores e quitutes feitos por encomenda. Tal situação era criticada pelos pares visto que representava uma falência do poder masculino nestas famílias. Este tipo de produção deveria então ser disfarçado de modo que as mulheres revendiam seus produtos por intermédio de outras pessoas.

Em se tratando das pertencentes a uma classe mais favorecida, quando podiam ter a concessão de terras (as sesmarias), as mulheres precisavam da autorização de um homem, seu pai ou marido, para que pudessem administrar estas propriedades. De modo geral, as mulheres de classe mais abastada não se ocupavam de atividades externas ao lar, se dedicando àquelas que lhes capacitariam à administração da casa e cuidado dos filhos. Elas cozinham, costuravam e bordavam ou ainda coordenavam o trabalho de outra pessoa que lhes prestasse estes serviços, segundo Falci (2012). Podemos concluir que o trabalho feminino era nestes casos predominantemente doméstico, seja na própria casa ou na casa de outrem. De modo geral, as atividades produtivas faziam parte da vida da mulher pobre e das escravas e das forras, sem nenhum prestígio no meio social.

### 1.2.2.

#### **Acontece a revolução: as portas do mercado se abrem às mulheres**

A partir do século XVIII, a Revolução Industrial instaura novas práticas e novas relações em detrimento daquelas difundidas no sistema feudal. A noção de indivíduo começa a se estabelecer substituindo a coletividade sustentada até este momento. Em um cenário composto pela fábrica, maquinário, operários e donos do meio de produção, a mão de obra feminina encontra espaço na indústria, especialmente o setor têxtil, aponta Perrot (op.cit). Isto ocorre em virtude da familiaridade das mulheres com a tecelagem e, sobretudo, devido à utilização das máquinas, que eliminam a necessidade da força muscular, conforme elucida Rocha (1991). A atração destas profissionais também se associa à remuneração inferior quando comparada a remuneração dos homens. Sobre esta condição de desigualdade, Probst (2003) situa que a diferença salarial se sustenta pela lógica que responsabiliza o homem pelo sustento da família e, portanto, inferioriza a mulher. Notamos que esta política de desigualdade é naturalizada em função dos valores atribuídos aos papéis de gênero visto que “era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro.” (FIGUEIREDO, 2012, p.249)

Retornando ao cenário brasileiro, identificamos a intensa utilização de mão de obra feminina no processo de industrialização e urbanização nacional. A análise de Rago (2012), demonstra com base no recenseamento ocorrido em 1920, que em 247 indústrias têxteis, 50,96% dos operários eram mulheres enquanto os homens representavam 41,21%. Juntamente com as crianças, elas compunham a principal mão de obra – farta e de baixo custo – substituta do trabalho escravo, recém-abolido. Tratavam-se em grande parte de imigrantes, outrora ocupantes das lavouras de café, que atuavam nas fábricas de tecelagem e fiação, enquanto os homens se concentravam em atividades metalúrgicas.

Constatamos que a era industrial absorveu a mão de obra feminina e proporcionou o acesso ao ambiente produtivo. Suas atividades profissionais, entretanto, são marcadas por situações de exploração, desrespeito e precariedade, sendo submetidas ao assédio sexual, jornadas extensas e ambientes sem higiene. Além disso, as trabalhadoras recebiam indignas remunerações que as levavam a complementar seus rendimentos com trabalhos extras ou ainda com a prostituição, conforme descrito por Rago (2012).

A participação feminina na atividade industrial é caracterizada pelo enfrentamento de adversidades. Elas são novamente “retiradas de cena” tendo sua mão de obra substituída pelos homens e considerando que “em 1872, as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23% “(RAGO, 2012, pg. 582). Afinal, em meio aos avanços, o que motiva este novo retrocesso?

### 1.2.3.

#### **O reinado do lar burguês**

A consolidação da ética capitalista remodela não só os espaços públicos e a economia, mas também as relações sociais. O ideal europeu de civilização deveria ser alcançado e para a tal a mentalidade e as práticas da sociedade brasileira, baseada na relação escravocrata e agrária, deveriam também ser transformadas. A república é então proclamada no Brasil em conjunto com a ascensão e estabelecimento de uma nova classe: a burguesia.

No Rio de Janeiro, capital do país à época, houve um intenso movimento político e social para se alcançar o progresso, nos mostra D’Incao (2012). A rua torna-se um domínio público e precisa ser higienizada com demolições, transferências da população marginal e medidas sanitárias. A extinção dos cortiços existentes no Centro da cidade, por exemplo, foi uma das medidas utilizadas para o controle de epidemias e também para afastar seus habitantes (muitos ex-escravos) e suas práticas, que destoavam dos ideais culturais europeus. O espaço, o tempo e os corpos precisavam de moldes para que se atingisse o padrão de estética e comportamento do velho mundo.

O crescimento das cidades trouxe também consigo uma série de infortúnios para a população mais pobre, tais como as doenças, violência, prostituição, a mendicância e as crianças abandonadas. Diante do exposto, o espaço público era entendido como prejudicial à moral feminina burguesa, que deveria se manter intacta para educar os filhos, provendo a manutenção e bem-estar da família. Institui-se a rua como um espaço de potencial risco e por isso a mulher não deveria andar sozinha, ficando, portanto no interior do lar, aponta D’Incao (2012). Com este controle e formatação do espaço público, a casa se reconfigura como espaço de intimidade da família burguesa. Esta tende a ser

separada do mundo do trabalho, configurando-se como uma instituição marcada pela pureza das relações e pelo conforto aos males que acometiam os indivíduos no cenário acima descrito. A lógica da família como refúgio às práticas exploratórias e insalubres recoloca a mulher em função do ambiente doméstico. Sobre esta conjectura Rago (op.cit) afirma que

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economista ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (2012, p.585)

No interior do lar, portanto, se mantém a pureza feminina, visto que as mulheres pobres, que ocupavam ainda o espaço público tais como as vendedoras ambulantes e prostitutas, traziam consigo algumas características ameaçadoras da ordem burguesa. Além da realização de trabalho remunerado, sua sexualidade era expressa mais livremente visto que não havia uma relação de interesses políticos e econômicos negociados a partir do casamento e da virgindade dessa parcela da população, como afirma Soihet (2012). A prostituição, encontrada no domínio público, se apresentava como um paradigma da mulher inadequada. Suas práticas, o modo de se vestir, de falar e se comportar não deveriam ser reproduzidos pelas mulheres ditas honestas. Era uma espécie de fantasma que assombrava as burguesas e as ameaçava, especialmente quando estavam realizando alguma atividade fora do ambiente doméstico. Isolar as agentes de tais comportamentos era também uma forma de ocultar das burguesas a autonomia possível. Era necessário o controle dos corpos, da sexualidade e do espaço público, cobrindo e contendo a expressão feminina - visto que, para a cultura deste contexto “a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar” (PERROT, 2008, p. 135)

A mulher estava vinculada à natureza enquanto o homem se relacionava à cultura. Ampliando esta noção temos os pares de opostos que caracterizam a percepção sobre mulheres e homens: fragilidade x força, emoção x razão, submissão x autoridade, privado x público. Nesta ocasião as funções de gênero são bem definidas: a mulher atua como cuidadora do lar responsável pela

educação das crianças enquanto o homem se ocupa das atividades produtivas, reafirmando a o caráter limitado da mulher na cultura. “Assim, a assimilação da mulher com a natureza e do homem com a cultura contribuiu fortemente para legitimar a perspectiva patriarcal sobre as relações de gênero, perspectiva pautada pela dominação exercida sobre a mulher” (PLASTINO,2009, p. 59)

Um conceito que merece destaque é a emergência do sentimento da infância. De acordo com Ariès (1981), as crianças antes da modernidade não eram concebidas como seres que necessitavam de cuidados especiais, visto que não havia muita expectativa de sua sobrevivência. Quando resistiam, elas eram tratadas como adultos em miniatura, compartilhando das práticas culturais inclusive no que se refere às brincadeiras sexuais e ao vocabulário. O Estado moderno começa a interessar-se pela vida dos infantes, pois passam a ser compreendidos como indivíduos em desenvolvimento. O discurso relativo à infância é então construído, as roupas tornam-se apropriadas, há o isolamento da criança do mundo dos adultos e a escolarização é normatizada. A reforma moral e a educação transformam, ou melhor, produzem a criança.

A mulher, especialmente a mãe, é aquela que exercerá a função de cuidar e zelar pela vida dos pequenos. A infância compreendida sob esta lógica se estabeleceu como um elemento organizador das relações produtivas e da identidade da mulher neste período. Ela retorna para o interior da família e sua principal ocupação, o cuidado materno, assume um sentido afetivo, não lucrativo. O movimento em direção ao infantil se entrelaça a consolidação do modelo capitalista, ao se utilizar de trabalhadores, que precisam sustentar sua família, ou ainda impondo um processo de formação da futura mão de obra. Tal afirmação é corroborada por Mizrahi (2004) ao postular que o isolamento da família é um mecanismo para produção, a partir da infância, de indivíduos que se tornarão a própria mercadoria na venda de sua força de trabalho. A vida privada é submetida às necessidades da organização produtiva.

Outra transformação típica desta ocasião é a substituição da sociabilidade caracterizada por relações de parentela, compadrio e uma noção ampliada da família por um círculo social restrito. Para este novo e seletivo círculo são promovidos eventos sociais nos salões das casas mais sofisticadas. A abertura deste espaço também possibilita o olhar do controle social sobre a família, especialmente sobre a mulher, anfitriã do lar e representante do status do marido

(D’Incao, 2012). Paralelamente a isso a prática da sociabilidade em rede era bastante difundida entre a população pobre, habitante dos cortiços, onde a vizinhança colaborava com a criação da prole, aponta Soihet (op.cit.). Este é, portanto, mais um motivo para uma diferenciação de comportamento, visto que há um movimento de distinção das classes para afirmação da lógica burguesa.

A classe emergente se fortalece através desses vínculos e a figura feminina é fundamental para que as famílias alcancem prestígio e reconhecimento social. Conforme aponta Del Priore (op.cit.), as mulheres eram uma espécie de “capital simbólico” no contexto burguês. As mulheres eram como âncoras que auxiliavam na estabilidade da família, mantendo ou modificando sua posição socioeconômica em função dos laços familiares estabelecidos com o casamento. A mulher de elite transforma-se em figura de destaque e visibilidade nos jornais em virtude de sua posição na família, conforme nos fala Pedro (2012). Elas passam a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social e para isso, tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada, pois os olhares que as vigiavam eram múltiplos. Tal como elucida D’Incao: as “mulheres casadas ganhavam nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana.” (2012, p.229).

Podemos concluir que a constituição da família burguesa se traduz na definição dos papéis de gênero de modo a atender uma lógica de aquisição e acúmulo de capital e prestígio social. A mulher burguesa é moldada para ser esposa e mãe, visto que assim é possível o estabelecimento de relações políticas entre as famílias e com isso a ascensão sócia econômica. Complementando esta ideia, Roudinesco afirma que “a ordem familiar-econômica burguesa organizou-se em função de três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos.” (2003, pg.38) Assim temos a mulher em função dos filhos, dependentes de seu cuidado, e à margem das atividades econômicas submetendo-se ao seu marido provedor, mantendo a postura digna e comportamentos que não denigram sua honra perante a sociedade.

#### **1.2.4.**

#### **Ensinar, cuidar e servir – o trabalho docente e as mulheres**

A necessidade de progresso através da educação abre um campo de atuação para as mulheres: a atividade docente. Em um primeiro momento, homens e mulheres atuavam como professores de modo a dividirem-se no ensino entre os gêneros, entretanto nota-se que as escolas normais nesta ocasião recebem muito mais mulheres. Este fenômeno ocorre em função do processo de urbanização e consequente abertura do mercado de trabalho, que atraía a mão de obra masculina para diversas atividades, distintas do magistério, em oposição às mulheres que encontravam no exercício da docência uma das poucas atividades profissionais autorizadas a estas, segundo Louro (2012)

A análise da autora aponta que a evasão masculina da atividade docente causou uma reação à responsabilidade exclusiva da mulher pela educação da população. Esta possibilidade assombrava a alguns, devido à inferioridade atribuída à natureza feminina e sua cognição. Diante da realidade apresentada, emerge um novo discurso para sustentar a atuação da mulher nesta atividade profissional, que tendia a ser tornar exclusiva. A docência é então associada à maternidade, função nobre e para qual a mulher era preparada, com uma espécie de dom divino. Desta forma, o exercício da atividade docente se configura como uma vocação e perde seu aspecto profissional. O perfil da profissão é então definido considerando atributos tipicamente femininos tais como a docilidade, dedicação e o conformismo inclusive para que não haja contestação sobre as condições de trabalho.

O exercício do magistério era compreendido ainda como uma ocupação transitória, de modo a não interferir no destino final da mulher: o casamento. A vida doméstica deveria ser preservada e a profissão não poderia prejudicar o bom andamento desta. Esta estrutura era mantida à medida que o trabalho era realizado em meio período e em troca de remunerações baixas. Desta forma, a mulher continuava dependente da renda de seu marido e ainda tinha tempo disponível para se dedicar às tarefas domésticas.

Cabe destacar que a profissionalização feminina ocorre em espaços relacionados ao cuidado e formação, de modo a não se distanciarem das práticas de sua verdadeira função. “O casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a verdadeira carreira feminina.” (LOURO,2012,p.454). Corroborando esta ideia, Pinsky (2012) afirma que as mulheres costumavam

deixar as atividades profissionais quando se casavam ou concebiam o primeiro filho, de modo que o trabalho não comprometesse o seu lar.

### 1.3.

#### **A emergência de novos valores no mundo contemporâneo**

Esta organização dos lugares do feminino e do masculino na sociedade se manteve até a eclosão das Grandes Guerras Mundiais do século XX. Neste momento, os homens servem ao país, participando de batalhas e conseqüentemente morrendo ou retornando inválidos, e a mulher é convocada a assumir o papel de provedora do lar, segundo Probst (2003). Elas também se inserem em áreas que exigem maior especialização como a medicina, enfermagem, serviço social e magistério. (PINSKY,2012).

Uma nova configuração social se instaura onde a participação feminina é mais expressiva, conforme ilustra brilhantemente a escritora Lygia Fagundes Telles.

Os homens válidos partiram para as trincheiras. Ficaram as mulheres na retaguarda e dispostas a exercerem o ofício desses homens nas fábricas. Nos escritórios. Nas universidades. Enfim, as mulheres foram à luta, para lembrar a expressão que começava a ficar na moda. A pátria em perigo abrindo os seus espaços e as mulheres ocupando com desenvoltura esses espaços... (2012, p.669)

Diversos movimentos sociais realizados a partir da década de 60, dentre eles as organizações sindicais, denunciam as condições desumanas de trabalho e reivindicam por direitos da classe trabalhadora (GIULIANI, 2012). Apesar de localizados no âmbito das atividades econômicas este fenômeno também aponta para exclusão à cidadania vivida pela mulher no espaço público e também no privado. Assim o discurso sobre o lugar da mulher na sociedade se propaga também para o interior da família.

O movimento feminista foi fundamental para a expressão das insatisfações com o cenário de desigualdade entre homens e mulheres. Essa expressão não foi organizada por uma única instituição, mas se deu por manifestações coletivas ou ainda individuais daquelas que se comprometeram em propagar publicamente os ideais da igualdade e dar voz a quem sempre foi silenciada. As causas feministas foram muitas ao longo do tempo e progressivamente foram tomando forma:

condições dignas no meio social, educação, participação política, direito civil e liberdade sexual e de escolha sobre o próprio futuro, dentre outras “ondas” que formaram o oceano das pretensões femininas. (PERROT,2008)

A década de 60 contempla, portanto, significativas transformações no contexto socioeconômico e em instituições que regulam o meio social, tais como a família, o Estado e a Igreja. A respeito deste cenário, Sennett afirma que

a fragmentação das grandes instituições deixou um estado também fragmentário na vida de muitos indivíduos: os lugares onde trabalham mais se parecem com estações ferroviárias do que com aldeias, a vida familiar se viu desorientada pelas exigências do trabalho; a migração tornou-se o verdadeiro ícone da era global, e a palavra de ordem é antes seguir em frente que estabelecer-se. (2006,p.12)

O discurso socialmente legitimado, até este momento histórico, caracterizava o amor no casamento, a divisão do trabalho entre os gêneros e o cuidado com a criança como os elementos que fundam a família (SINGLY,2007) Esta lógica do coletivo e da diferença de papéis bem definidos cede lugar à individualidade e ao princípio de igualdade de direitos e deveres. De acordo com o autor, há um sistema de valores que legitima a autonomia do sujeito contemporâneo, que emerge com o rompimento de padrões geracionais e pretende assumir uma postura mais ativa em relação ao seu destino, a partir de suas escolhas. Para Singly, homens e mulheres

declaram se recusar a seguir os velhos costumes das gerações antigas, ou seja, desempenhar os papéis sociais de marido e esposa. Eles querem se tornar seus próprios agentes. Isso se traduz por um duplo movimento: o de recusar a instituição do casamento e criticar o a divisão do trabalho entre os sexos (2007, p.128)

As transformações da família a partir da década de 60, de acordo com o autor, compreendem a reestruturação das relações conjugais, através da redução dos casamentos, aumento dos divórcios e uniões sem registro formal. A redução do número de nascimentos e a participação da mulher no mercado de trabalho formal também implicam em mudanças na organização familiar. O advento dos métodos contraceptivos é um marco neste processo de transição do coletivo ao individual, do destino ao desejo. A mulher assume o poder sobre o seu corpo, sobre a sexualidade e a sobre a vida e conforme observa Badinter (2011), elas

podem escolher o que antes se tratava de uma obrigação religiosa, um instinto ou ainda um dever de perpetuação da espécie.

Segundo Bradt (2007), a inserção da mulher no mercado de trabalho, o acesso à educação e os mecanismos de controle da natalidade interferem na decisão quanto à maternidade de modo a distanciar o momento do casamento e chegada dos filhos. Nesta direção, Badinter (2011) caracteriza quatro fenômenos referentes a uma nova perspectiva da mulher no meio social: A redução das taxas de natalidade, a maior participação no ambiente organizacional, o adiamento da maternidade e a diversidade de possibilidades da experiência feminina, não mais limitada ao casamento e ao trabalho doméstico.

Há na contemporaneidade um movimento de reivindicação do espaço feminino. A mulher, que sempre se orientou para e pela família, para o desejo, o discurso e para o olhar do outro, busca ser o primeiro lugar, busca a visibilidade e o protagonismo. Busca-se, sobretudo, independência, prestígio e valorização pessoal e o ambiente laboral é um dos refúgios que torna isto possível. O número de filhos reduziu em um terço em 40 anos, o que permite à mulher conciliar duas funções: mãe e trabalhadora (PROBST, 2003).

Conforme Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) o meio social é o espaço onde as mulheres representantes das classes médias e altas conseguem se afirmar de modo mais igual em relação aos homens. O trabalho assalariado é uma forma de conquista da autonomia feminina, pois as atividades domésticas são desqualificadas e desqualificantes, sem remuneração e sem reconhecimento do investimento de energia e tempo para sua realização, explicita Singly (2007).

Este grito em favor de sua individualidade é dirigido para os homens e também para os filhos de modo a afirmar que a mulher possui desejos, pondera Badinter (2011). Estes não são, necessariamente, o desejo de ser mãe e cuidadora do lar. São muitas as possibilidades de realização e o investimento feminino se propaga em múltiplas direções para objetos distintos. Outras prioridades podem ser colocadas quando se projeta um ideal de vida: o trabalho, a formação intelectual, a independência financeira, a aquisição de bens, a estabilidade da relação conjugal. Tornar-se mãe é mais do que nunca uma deliberação que compete à mulher em virtude da liberdade e autonomia conquistadas. “O que era uma fatalidade tornou-se uma escolha. E uma escolha das mulheres, também o que constitui uma revolução.” (PERROT, 2008, p.69).

Segundo Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), o desejo agora atendido é o da mulher e assim ela pode se orientar para sua satisfação. Ela assume as rédeas do que antes era seu destino para construir e se apropriar do futuro. Especialmente entre as mulheres de classe média e alta, o momento considerado oportuno para a gravidez, quando há o desejo pela maternidade, é aquele em que a mulher se encontra em um ambiente estável quanto à vida conjugal e profissional. Há, entretanto, um vetor importante que atravessa a construção da carreira e a constituição da família: o tempo cronológico. O tempo necessário para que mulher amadureça profissionalmente, aprimorando sua formação acadêmica, desenvolvendo competências técnicas e experiência prática muitas vezes esbarra no período em que seu aparelho reprodutor está envelhecendo, conforme apresenta Barbosa e Rocha-Coutinho (2007). Assim, a opção pela maternidade perpassa a construção da carreira e as implicações para sua progressão. A mulher precisa fazer escolhas e enfrentar impasses. Após o grande desafio de romper com o regime patriarcal, que sempre limitou o feminino a posições subalternas, eis que a “mãe natureza” se impõe novamente: vocês não podem ter tudo! Ilustrando a teoria temos a publicação do jornal O Estado de São Paulo em 14 de outubro de 2014 que relata a política adotada por duas empresas de referência no mercado da tecnologia mundial, Apple e Google para auxiliar as mulheres nas despesas com congelamento de óvulos de modo que estas possam priorizar a carreira em detrimento da maternidade.

Apple e Google anunciaram uma nova medida para apoiar suas funcionárias: as duas empresas vão pagar até US\$ 20 mil para ajudar a cobrir os custos do congelamento de óvulos das mulheres que trabalham nas empresas. A meta das empresas é permitir que as mulheres que quiserem continuar focando em suas carreiras não precisem sacrificar suas chances de ter filhos mais tarde.

As questões relativas a uma nova organização da família se apresentam como elementos fundamentais, para a ascensão e estabelecimento da mulher nos espaços de produção e desenvolvimento econômico. São novas possibilidades em relação ao passado. Hoje elas optam entre a adesão, recusa ou conciliação da maternidade com as outras faces de sua identidade. (BADINTER,2011). A queda da fecundidade; a redução do tamanho das famílias; o envelhecimento da população; a maior expectativa de vida das representantes do sexo feminino; o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres e a maior oferta de

educação em nível superior são alguns dos fatores, apontados por Bruschini (2007), que delineiam a figura da mulher trabalhadora atual. Essa redução permite que a mulher concilie melhor sua dupla jornada visto que a redução da taxa de fecundidade está atrelada ao estabelecimento feminino nas organizações.

O aumento das instituições de ensino superior e a consequente escolarização são fatores expressivos da ascensão feminina nas organizações, pois permite a ocupação de carreiras e posições antes restritas aos homens, como por exemplo, os cargos executivos. Sobre este aspecto, Probst (op.cit.) conclui que o crescente poder feminino nas organizações decorre do decadente modelo de dominação e liderança exercido pelos homens, marcado historicamente por conflitos e destruição. Desde a ocasião em que a demanda de mão de obra não se restringe à força física, dando lugar ao saber, a mulher ganha espaço, considerando que “na empresa do conhecimento, a mulher terá cada vez mais importância estratégica, pois trabalha naturalmente com a diversidade e processos multifuncionais.” (PROBST, 2003. p.3).

### **1.3.1.**

#### **A utopia da igualdade**

Ressaltamos agora alguns pontos que contrastam com a noção de progresso e evolução da participação feminina no mercado produtivo. Ainda hoje, uma parcela significativa da população feminina atua em atividades domésticas. Perrot (2008) afirma que para as mulheres, o trabalho doméstico ainda hoje é uma rotina de responsabilidade da mulher na qual o homem intervém muito pouco. A mulher, embora tenha conquistado o espaço público, ainda está inscrita na esfera doméstica, onde se naturalizam as experiências tornando-as características da identidade feminina. A demanda de tarefas domésticas e cuidado parental podem ser compreendidas como uma desvantagem das mulheres, pois ao dedicarem muitas horas de seu dia com as atividades do lar, ficam sobrecarregadas. Lyra et al nos mostram que

A personalidade da mulher é desde cedo construída com base nas noções de relacionamento, ligação e cuidado, o que a levaria a se sentir responsável pela manutenção das relações sociais e pela prestação de serviços aos outros, características centrais do modelo de feminilidade. (2010, p.79)

Acerca deste aspecto, cabe ressaltar a prevalência da ocupação das mulheres nas áreas humanas, sociais, nos setores de serviços, beleza e atividades culturais, educacionais e assistenciais caracterizados como guetos femininos (BRUSCHINI, 2007). Apesar de identificarmos traços que denotam a transformação deste cenário dada a crescente participação das mulheres, ao longo da década de 90, em profissões tradicionalmente masculinas, como a medicina, direito, arquitetura e engenharia, conforme análise de Bruschini, por séculos o papel da mulher foi o cuidado com o outro e a manutenção do lar de modo que ainda se encontra arraigado na cultura. Há ainda a compreensão da maternidade enquanto fenômeno naturalizado e, até os dias de hoje, ressaltam Lyra et. al, as meninas são treinadas para serem mães e responsáveis pela casa em suas brincadeiras com bonecas e miniaturas de utensílios domésticos.

Os resultados da pesquisa mensal de trabalho e emprego realizada pelo IBGE, que analisou questões pertinentes ao trabalho feminino no período entre 2003 e 2011, apontam para a maior ocupação feminina nas atividades domésticas e na administração pública enquanto os homens participam mais ativamente dos demais setores. Em análise anterior, Bruschini (op.cit) aponta para a relevância do serviço público enquanto mercado de trabalho para as mulheres, visto que comporta um significativo índice de trabalhadoras, especialmente nas áreas de saúde e educação.

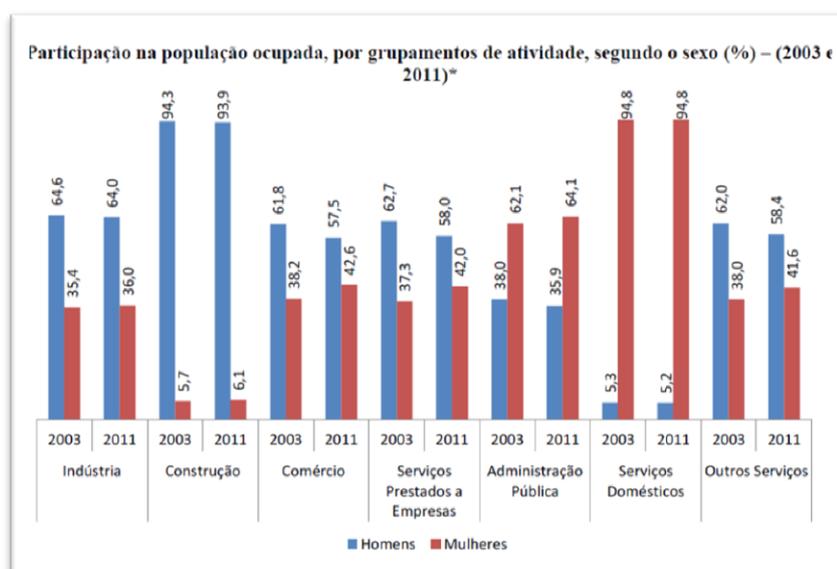


Tabela I – Participação na população ocupada, por grupamento de atividade, segundo o sexo.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011

A desigualdade salarial entre os gêneros nos traz reflexões sobre a inferiorização da mulher, mesmo quando esta é igualmente qualificada, exerce a mesma função e cumpre igual jornada de trabalho em comparação com seu par do sexo masculino. Bruschini (2007) aponta que esta desigualdade é um dos principais indicadores da precariedade de condições às quais as mulheres estão submetidas. Para Rocha-Coutinho, esta é uma forma de discriminação, caracterizada como exclusão sutil, visto que se estabelece de modo silencioso e, muitas vezes, não é percebida pelas próprias trabalhadoras. Isto se dá devido à crise identitária, conforme propõe Badinter (2011), considerando que indefinição dos papéis, antes bem delimitados, desorganiza a concepção sobre o valor de homens e mulheres no meio social. Traduzimos estas proposições nos versos da cantora baiana, Pitty, na música intitulada “Descontruindo Amélia” – uma referência a outra canção, “Amélia”, que representa a mulher submissa e sem ambições como aquela que é “a mulher de verdade”.

A despeito de tanto mestrado  
Ganha menos que o namorado  
E não entende o porquê  
Tem talento de equilibrista  
Ela é muitas, se você quer saber.

Retomando a pesquisa acima mencionada, verificamos a diferença salarial entre homens e mulheres de modo que o trabalho feminino, no último triênio da pesquisa, é remunerado em cerca de 72% do valor recebido pelos profissionais do sexo masculino, conforme apresentamos abaixo.

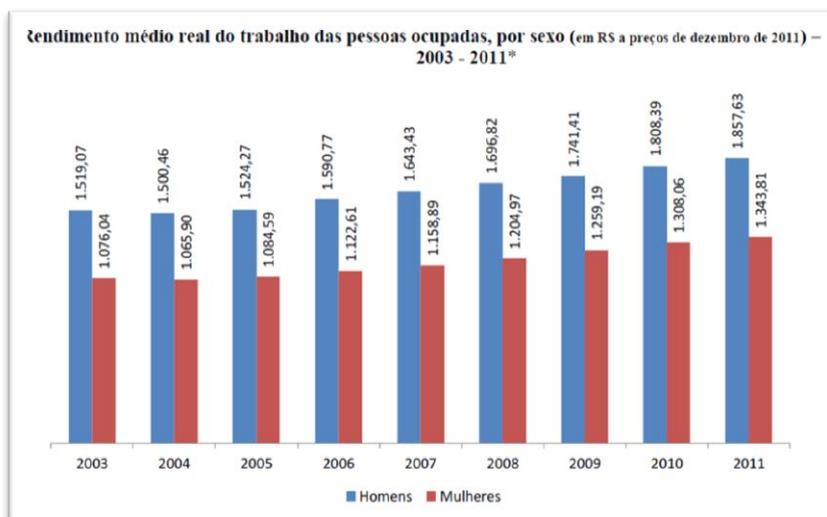


Tabela 2 – Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas, por sexo.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

Apesar da ideia de sucesso e investimento na vida profissional ser compartilhada entre homens e mulheres em nossa sociedade, os cuidados infantis, bem como as tarefas domésticas, ainda recaem sobre a identidade e responsabilidade feminina, aponta Rocha-Coutinho (2005). As próprias mulheres podem assumir a maternidade como um estado que lhes diferenciam dos homens, quando se sentem mais capazes para se dedicar e proporcionar o melhor ao seu filho. Nesse sentido, o cotidiano feminino comporta então a dupla jornada, pois “além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ela aglutina tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa.” (PROBST, 2003, p. 7). Desse modo, não há uma efetiva transformação do papel da mulher no meio social para a função de agente do meio de produção, mas um complemento de seu papel de cuidadora do lar e dos filhos visto que “a identidade feminina não foi substancialmente alterada, mas sim ampliada para incluir este novo papel da mulher.” (ROCHA-COUTINHO, 2004, p.5)

É provável que a condição feminina atual seja fonte de conflitos internos visto que ao mesmo tempo em que se espera da mulher o sucesso em sua atuação profissional também há a expectativa de que esta seja mãe, e exerça a função que lhe cabe por sua natureza. Rocha-Coutinho (2005) afirma que a maternidade se apresenta como um impasse para as mulheres visto que a noção de unidade com o filho ainda se estabelece como o ideal a ser cumprido para o bem da criança e para realização feminina. As exigências dos papéis conjugais, parentais e profissionais produzem na subjetividade feminina, segundo Badinter (op.cit.), uma tripla contradição, que compreende as dificuldades de conciliar o meio social, a vida conjugal e a relação da mulher consigo mesma.

A autora conclui que o cenário no qual trabalho feminino se inscreveu ao longo da década de 90, contém traços de progresso uma vez que as mulheres, tendo mais o acesso à educação de nível médio e superior atingiram maior grau de escolaridade e puderam ocupar carreiras e posições executivas antes restritas aos homens. Entretanto, esses progressos não promoveram mudanças suficientes para proporcionarem condições dignas ao desenvolvimento da atividade laboral feminina. Uma parcela significativa da população ainda se encontra em atividades domésticas, sem vínculo formal ou ainda exercendo os afazeres sem remuneração, para o consumo próprio e familiar.

O discurso e as práticas sobre a igualdade entre os gêneros no mercado de trabalho são revividos e discutidos quando a mulher assume a função materna, aponta Bradt (2007). Os casais que trabalham se colocam algumas questões, por exemplo: as empresas e funções que comportam melhor eventuais ausências em virtude de problemas com as crianças e ainda a problematização sobre a maior ou menor renda da casa que pode ser comprometida caso haja necessidade de priorizar o cuidado da criança em detrimento da atividade profissional. O autor, ao levantar tais questões, aponta que “a imagem de um homem real e uma mulher real não é uma imagem de igualdade, igual competência ou igual responsabilidade na vida doméstica e na vida profissional.” (2007, p.209). Assim, apesar de todo esforço em prol de condições de igualdade entre os gêneros, ainda pesa sobre a mulher a responsabilidade doméstica que se desvela com o nascimento dos filhos e a demanda de cuidado assumida pela mãe.

A dupla jornada que a mulher assume constitui, portanto, uma desvantagem em relação às condições que ambos os gêneros possuem para investir na carreira dada a limitação a conciliação das duas faces que lhes são objetos de satisfação. (ROCHA-COUTINHO,2005). Bruschini (2007) compartilha desta conclusão ao propor que a desvantagem feminina se deve à dedicação de muitas horas ao afazeres domésticos e cuidado parental, tornando as mulheres sobrecarregadas. Para a autora, o perfil da mulher trabalhadora atual se caracteriza pela conciliação das “responsabilidades domésticas, familiares e profissionais”, visto que estas são mais velhas, casadas e com filhos e sua taxa de atividade tem aumentado ao longo dos anos, em contraposição às trabalhadoras da década de 70 - jovens, solteiras e sem filhos.

As relações econômicas e humanas na atualidade não são mais orientadas pelo coletivo e pela estabilidade, ou até mesmo pela rigidez das entidades que antes orientavam a vida. É necessária uma organização subjetiva capaz de superar três aspectos para lidar com esta nova configuração cultural, aponta Sennett (2006). A primeira instância a ser trabalhada é o tempo. O sujeito tem de administrar em paralelo as interações sociais, a relação consigo mesmo e as multitarefas que precisa desempenhar. A seguir, temos a especialização que requer constante renovação e invenção das habilidades individuais, denominadas pelo autor de talento. A contemporaneidade requer múltiplas competências técnicas e comportamentais que precisam ser atualizadas, para atender ao caráter

meritocrático instituído nas organizações. Por fim, o terceiro aspecto é o desapego do indivíduo em relação ao passado. Trata-se de uma atitude que descarta o que foi vivenciado, tornando o aqui e agora mais relevante do que as experiências e história pregressas. Sennett afirma que “o ideal cultural necessário nas novas instituições faz mal a muitos dos que nelas vivem” (2006.p.15) visto que há o conflito entre a existência do sujeito - suas vontades, interesses e desejos - e aquilo que lhe é exigido para atender à lógica capitalista vigente nas relações.

Em conformidade com a esta ideia, Bauman (op. cit)) aborda o conceito de progresso como elemento importante nas relações trabalhistas. Entendido como o aperfeiçoamento da vida, o progresso determina que os indivíduos comportem a especialização, flexibilidade e disponibilidade para mudança. Estabelece-se, portanto, uma fluidez nas relações, sem muito contorno e limite de modo a reproduzir a lógica de um mercado global. A experiência laboral é marcada por incertezas, considerando que “o trabalho não pode mais oferecer o eixo seguro em torno do qual envolver e fixar auto definições, identidades e projeto de vida” (BAUMAN, 2001, p.160). Se este é imperativo que rege as relações econômicas e produtivas, a maternidade e as exigências de dedicação e exclusividade que lhes são próprias se apresenta na contramão do mundo do trabalho. Assim, a mulher mais uma vez está em posição de desvantagem.

De acordo com a “Pesquisa Mensal de Emprego – PME – Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas” (2012), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres representam a maioria da população em idade ativa – a partir dos dez anos de idade. As mulheres constituem 45,4% da população ocupada e, embora seja minoria neste indicador, evoluíram em aproximadamente 5% em relação à sua participação no mercado de trabalho, no período entre 2003 e 2011. Este estudo evidencia o crescimento da participação feminina nas atividades que propulsionam a economia, bem como sua maior participação social. Desta forma, se aplica a análise de Rocha-Coutinho (2005) ao propor que apesar de diferenças e discriminação entre os gêneros e as mulheres recebem igual educação sendo treinadas para competir no mercado de trabalho e obter sucesso profissional.

O trabalho feminino permite à mulher “ter a chave de casa” (Singly, 2007) na medida em que, percorrendo e conquistando os espaços públicos e privados, se afirma como ser autônomo: no amor, na parentalidade e no seu sustento

financeiro. A mulher atua com criatividade para responder aos imperativos da lógica pós-moderna e, em conjunto, lidar com a herança da cultura de invisibilidade, do serviço e do silêncio a qual foi por séculos subjugada. Assim, o feminino consegue se estabelecer no meio social enquanto agente produtivo sem deixar de desempenhar seu importante papel no meio familiar. Ela acumula funções, se faz múltipla dentro e fora de casa e seu ideal de mulher passa da princesa dos contos de fada, salva por um homem que lhe desperta e liberta para a vida (SIMÕES,2011), à heroína com superpoderes. (ROCHA-COUTINHO,2004)